

Reforma tributária deve ser votada na Câmara em julho, diz relator

O relator da reforma tributária na Câmara dos Deputados, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), afirmou, na terça-feira (6), que a votação do texto em plenário deve ocorrer na primeira semana de julho.

A previsão contraria a expectativa do Executivo e do próprio presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de votar a medida ainda neste mês.

O relator leu a íntegra do seu substitutivo em sessão na Casa nesta terça. A proposta traz o parecer do grupo de trabalho (GT) da Câmara dos Deputados. Veja a íntegra do novo texto mais abaixo.

O substitutivo das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 45 e 110 — texto propriamente dito da reforma — deve ser apresentado quando a data da discus-

são em plenário for definida.

O relatório apresentado propõe a implantação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, dividido entre um tributo federal e outro estadual e municipal. Assim, seriam substituídos os atuais IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse em entrevista à CNN na segunda-feira (5) ter alinhado com o governo a necessidade de a reforma tributária ser votada no plenário da Casa ainda no primeiro semestre.

“Nós combinamos que ela [reforma] tem que ir ao plenário da Câmara ainda neste semestre, antes do recesso [parlamentar]”, disse.

“Precisamos agora focar na reforma tributária. Eu pedi o envolvimento do governo,

e o presidente tem realmente interesse nessa matéria, porque sabe que isso é importante para o país”, completou.

O coordenador do Grupo de Trabalho (GT) da reforma tributária na Câmara, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), disse em entrevista à CNN nesta terça que projeta 400 votos favoráveis à matéria no plenário da Casa.

“Essa é uma ação estruturante para o Estado brasileiro, portanto eu apostaria em 400 votos no plenário da Câmara”, disse.

Reginaldo Lopes destacou o apoio dos presidentes das Casas Legislativas, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), à medida, assim como a condução do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

CNN



Economia



Montadoras aceleraram produção à espera de incentivos para venda de carros

Página - 03

Preço do gás cai menos que outros combustíveis e pressiona baixa renda

Página - 03



Amazon avalia telefonia móvel – e é o suficiente para derrubar concorrentes

Página - 12

Mastercard prepara expansão para além do cartão de crédito

Página - 12



Política

STF forma maioria para rejeitar outra denúncia que havia aceitado contra Lira

Página - 04

Tribunal de Contas questiona empréstimo de R\$ 5 bi que Prefeitura de SP quer fazer neste ano

Página - 04

No Mundo

Destruição de represa gera caos e ameaça usina nuclear na Ucrânia



Em um dos mais dramáticos incidentes da Guerra da Ucrânia em seus 15 meses, uma represa vital no sul do país invadido pelos russos foi destruída na madrugada de terça (6). Milhares de pessoas começaram a ser evacuadas devido à inundação, e a ação ameaça afetar a maior usina nuclear da Europa.

Russos e ucranianos se acusam mutuamente pelo incidente na represa de Nova Kakhovka, que fica na porção ocupada por Moscou em Kherson, no sul da Ucrânia.

Não está claro o que aconteceu, se uma explosão planejada como Kiev acusava os invasores de planejar havia meses ou, como dizem

os invasores, um ataque com artilharia durante a contraofensiva iniciada pelo governo de Volodimir Zelenski no domingo (4).

Do ponto de vista tático, a destruição favorece os russos, pois inunda toda a área de Nova Kakhovka (ou Novaia Kakhovka, na grafia russa) até a foz do rio Dnieper, que era represado desde 1956 para a geração de energia e o fornecimento de água para a Crimeia por meio de um canal. A usina no local foi totalmente inundada, segundo imagens em redes sociais.

Com isso, se os ucranianos planejavam ações ofensivas cruzando o rio, algo que analistas militares duvidavam, não poderão fazê-lo ago-

ra. Já o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, disse que o ataque ameaça cortar o suprimento de água da Crimeia, península anexada por Vladimir Putin como reação à derubada de um governo simpático ao Kremlin em Kiev.

Para ele, essa foi a motivação do que chamou de “sabotagem da Ucrânia”. Ao menos 16 mil pessoas moram nas margens orientais do Dnieper, o lado que foi retomado por Kiev no fim do ano. A capital homônima de Kheron, 30 km a oeste, está sob evacuação preventiva também, e o governo local acusa a Rússia de bombardear a cidade durante o processo.

Igor Gielow/Folhapress

Irã apresenta seu primeiro míssil balístico hipersônico

O Irã apresentou na terça-feira (6) seu primeiro míssil balístico hipersônico de fabricação nacional. O anúncio deve aumentar as preocupações ocidentais com a capacidade bélica de Teerã.

A agência estatal de notícias IRNA publicou fotos do míssil chamado Fattah em uma cerimônia que contou com o presidente Ebrahim Raisi e comandantes do Guarda Revolucionária do Irã, unidade militar de elite que, além de liderar a segurança nacional, exerce grande influência política no regime.

“O míssil hipersônico Fattah guiado com precisão tem um alcance de 1.400 km e é capaz de penetrar todos os escudos de defesa”, disse Amiral Hajizadeh, chefe da força aeroespacial da Guarda. “É um grande salto geracional.”

Mísseis hipersônicos podem voar pelo menos cinco vezes mais rápido que a velocidade do som e em uma trajetória complexa, o que dificulta sua interceptação por sistemas de defesa antiaérea. Segundo a mídia estatal, o Fattah atingiu velocidade máxima de 15.000 km/h.

“Ele pode contornar os sistemas antimísseis mais avançados dos Estados Unidos e do regime sionista, incluindo o Domo de Ferro”, disse a TV estatal iraniana, em referência ao célebre modelo israelense que, segundo Tel Aviv, é capaz de interceptar 90% dos mísseis disparados contra seu território.

Em novembro, o Irã havia anunciado a fabricação do armamento, levantando preocupações na Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) em relação ao programa nuclear iraniano. Folhapress



Chuvas no Haiti deixam ao menos 42 mortos



Milhares de casas no Haiti foram inundadas após fortes chuvas no fim de semana, deixando ao menos 42 pessoas mortas e 85 feridas, de acordo com um comunicado divulgado pela Agência de Proteção Civil do país na segunda-feira.

As chuvas intensas causaram o transbordamento de vários rios em todo o Haiti, o que, por sua vez, provocou enchentes, inundações, deslizamentos de rochas e deslizamentos de terra, de acordo com um relatório das Nações Unidas.

Mais de 13.300 pessoas foram deslocadas e pelo menos 11 outras foram declara-

das desaparecidas em cinco dos 10 departamentos do Haiti: Oeste, Nippes, Sudeste, Noroeste e Centro.

“Meu governo, em conjunto com instituições nacionais e internacionais, está tomando medidas urgentes para atender às demandas do momento”, tuitou o primeiro-ministro haitiano Ariel Henry.

O número de mortos aumentou constantemente na segunda-feira, à medida que as chuvas fortes e persistentes continuavam a cair. Equipes de emergência e organizações de ajuda foram mobilizadas para atender os afetados pelas enchentes.

“Vamos começar a fornecer refeições quentes para as

pessoas deslocadas nas próximas horas e estamos mobilizando rações prontas para consumo e alimentos secos”, disse o Programa Alimentar Mundial em um tweet.

As inundações são a mais recente calamidade a atingir um país com infraestrutura já fraca, que tem sido repetidamente devastado por violência criminosa, turbulência política e desastres naturais nos últimos anos. A nação caribenha depende fortemente da assistência humanitária.

O Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários da ONU alertou na segunda-feira que as inundações podem recomeçar com mais chuvas nos próximos dias. CNN

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Montadoras aceleraram produção à espera de incentivos para venda de carros



Enquanto a comercialização de carros de passeio caiu 8,6% em relação a maio, a fabricação desses modelos teve alta de 27,3% no mesmo intervalo. Os números foram divulgados na terça (6) pela Anfavea (associação das montadoras). O último mês terminou com 159,6 mil automóveis produzidos. Ao se somar comerciais leves, ônibus e caminhões, o número sobe para 205,9 mil unidades. No total, a alta é de 27,4%.

A aceleração na produção começou nas primeiras semanas do mês passado, quando o governo confirmou às montadoras que o anúncio de incentivos seria feito no Dia

da Indústria, em 25 de maio.

Desde então, algumas fabricantes têm revisto seus planos de interrupção nas linhas de montagem.

Na última semana, a Volkswagen anunciou que desistiu de suspender os contratos de trabalho de cerca de 800 funcionários da fábrica de Taubaté (interior de São Paulo).

“O motivo (da desistência) são as novas perspectivas para a demanda de vendas no setor automobilístico”, informou a empresa em nota oficial.

Além da produção acelerada, maio teve quatro dias úteis a mais que abril. No acumulado do ano, a fabricação de veículos leves e pesados chegou a tem alta de

6,2% na comparação com o mesmo período de 2022.

Com o aumento da produção, o estoque passou de 206,1 mil unidades em abril para 251,7 mil em maio, número suficiente para atender a 43 dias de entrada.

Desses, 115 mil automóveis se enquadram nas medidas do governo. “Provavelmente, esses modelos terão um destino mais rápido”, diz Márcio de Lima Leite, presidente da Anfavea.

O executivo calcula que o volume de carros que se enquadram na nova regra deve se esgotar em um mês bem antes da previsão do governo, que é de que o plano dure 120 dias.

Eduardo Sodré/Folhapress

Preço do gás cai menos que outros combustíveis e pressiona baixa renda

Com grande peso no orçamento das famílias de baixa renda, o botijão de gás vem caindo bem menos do que os outros combustíveis desde os recordes atingidos após o início da guerra na Ucrânia, que gerou uma escalada inflacionária no mundo.

Mesmo com cortes da Petrobras, o combustível encaixeceu em seis estados. Levantamento da Folha de S.Paulo mostra que o produto chega a consumir mais da metade da renda de famílias pobres em algumas regiões.

Entre o recorde atingido em março de 2023 (R\$ 159,58, em valor corrigido pelo IPCA) e os R\$ 104,37 verificados na semana passada, o preço médio do botijão de 13 quilos caiu 12%, enquanto gasolina e diesel despencaram 32% e 34%, respectivamente.

Os preços dos três produtos foram reduzidos diversas vezes nas refinarias nos últimos meses a gasolina ainda foi beneficiada por corte de

impostos mas dados compilados pelo Inep (Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás e Biocombustíveis) indicam represamento no preço do gás.

Nas refinarias da Petrobras, o valor de venda do combustível caiu 47,9% desde o pico de R\$ 61,65 por botijão atingido em março de 2022. Foram cinco reduções no período, a última delas no dia 17 de maio, de 21,6%, ou R\$ 8,97 por botijão.

Ao anunciar a redução, a Petrobras disse esperar que o preço médio do produto chegasse a R\$ 99,87. Duas semanas depois, segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o valor médio de venda era de R\$ 104,37.

Antes do corte, porém, o produto foi pressionado pela implantação do novo modelo de cobrança do ICMS, que passou a ter alíquota única nacional R\$ 7,50 superior ao valor médio cobrado pelos estados até abril.

Cleiton Otavio/Folhapress



Preço da cesta básica cai em 11 capitais, mostra Dieese



O preço da cesta básica de alimentos caiu em 11 capitais no mês de maio em comparação com abril. As maiores quedas ocorreram em Brasília (-1,9%) e Campo Grande (-1,85%). As altas principais foram observadas em Salvador (1,42%) e Curitiba (1,41%). Os dados, divulgados na terça-feira (6), são do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que pesquisa mensalmente o preço da cesta em 17 capitais.

São Paulo foi a capital onde o conjunto dos alimentos básicos apresentou o maior custo (R\$ 791,82), seguida de Porto Alegre (R\$ 781,56), Florianópolis (R\$ 765,13)

e do Rio de Janeiro (R\$ 749,76). Os menores valores foram registrados em Aracaju (R\$ 553,76), João Pessoa (R\$ 580,95) e Recife (R\$ 587,13).

Comparando o preço da cesta de maio de 2023 com o do mesmo mês de 2022, houve aumento em 14 capitais, com variações que oscilaram de 0,98%, em Aracaju, a 7,03%, em Fortaleza. Em três capitais houve queda: Recife (-1,47%), Curitiba (-1,38%) e Florianópolis (-0,9%).

No acumulado dos cinco primeiros meses do ano (de janeiro a maio), o custo da cesta básica aumentou em 11 capitais, com destaque para as taxas acumuladas em Aracaju (6,28%), Belém (4,75%)

e Salvador (4,14%). As quedas, que ocorreram em seis capitais, variaram de -4,24%, em Belo Horizonte, a -0,4%, no Rio de Janeiro.

Com base na cesta mais cara, que, em maio, foi a de São Paulo, e levando em consideração a determinação constitucional de que o salário mínimo deveria ser suficiente para suprir as despesas da família de um trabalhador com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o Dieese estimou que o valor do salário mínimo necessário, em maio, deveria ter sido R\$ 6.652,09 ou 5,04 vezes o mínimo atual, de R\$ 1.320.

Bruno Bocchini/ABR

Política

STF forma maioria para rejeitar outra denúncia que havia aceitado contra Lira



A Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria na terça-feira (6) para rejeitar uma denúncia que a corte já havia aceitado contra o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

Apesar de ser incomum o Supremo rejeitar uma denúncia já aceita, o tribunal também fez isso em 2021 em outro caso que envolvia Lira, o do chamado “Quadrilhão do PP”.

Votaram desta forma os ministros André Mendonça, Dias Toffoli, Alexandre de Moraes --que modificou o seu voto anterior-- e Luiz Fux.

A ação que o Supremo julgou nesta terça era uma das principais pendências judiciais de Lira, que havia completado mais de dois anos e meio de tramitação paralisada após pedido de vista (mais tempo para análise) do ministro Dias Toffoli.

O Supremo já tinha maioria contra Lira, mas os ministros atenderam permitiram que André Mendonça apresentasse um novo voto em substituição ao do seu antecessor, o ministro aposentado Marco Aurélio Mello, o que beneficiou o presidente da Câmara.

O argumento da corte é que mudanças legislativas

influenciam na ação contra o presidente da Câmara e que a própria PGR (Procuradoria-Geral da República) desistiu da denúncia. Por isso, Mendonça poderia votar no caso.

Lira foi acusado de corrupção pela PGR (Procuradoria-Geral da República), após um ex-assessor ter sido flagrado transportando R\$ 106,4 mil em dinheiro vivo, recebeu aval do Supremo em 2019, mas o processo pouco andou desde então.

O caso é oriundo da Operação Lava Jato e voltou à corte suprema em meio a uma crise entre o presidente da Câmara e o Palácio do Planalto.

José Marques/Folhapress

“Quem quiser agir como bandido e desmatar, vai sofrer as penas da lei”, diz Lula na Bahia

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) participou, na terça-feira (6), da abertura da feira de agronegócio Bahia Farm Show, em Luís Eduardo Magalhães, no oeste da Bahia.

Em seu discurso, Lula disse que defender o meio ambiente não é ser contra o agronegócio e que quando se fala de preservação do meio ambiente e questões climáticas não se trata dos “produtores que trabalham corretamente”.

Segundo o petista, o Brasil tem 30 milhões de terras degradadas que podem ser utilizadas para dobrar a produção.

“As pessoas sabem que não pode destruir os rios. As pessoas sabem que não podem plantar no pantanal. As pessoas sabem que não pode

plantar na Amazônia. Nenhuma pessoa honesta vai poder derrubar uma floresta porque a gente tem 30 milhões de terras degradadas que podem ser utilizadas para dobrar a nossa produção”, declarou.

“Agora, quem quiser agir como bandido e desmatar, vai ter que sofrer as penas da lei, porque a gente vai preservar esse país.”

No evento, o presidente também pediu o fim da “rivalidade” entre pequenos proprietários e o agronegócio. O petista defendeu que a economia do país depende de ambos os setores.

Em sua participação, ele ainda defendeu os investimentos públicos a fim de dar suporte às atividades agrícolas ao redor do país.

CNN



Tribunal de Contas questiona empréstimo de R\$ 5 bi que Prefeitura de SP quer fazer neste ano



O Tribunal de Contas do Município (TCM) de São Paulo questionou a prefeitura da capital paulista por querer contratar um empréstimo no valor de R\$ 5,25 bilhões. Atualmente, a gestão de Ricardo Nunes (MDB) tem R\$ 35 bilhões em caixa.

A tomada de crédito está prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2024. Elaborada anualmente pelo poder Executivo, a LDO planeja o orçamento para o ano seguinte, com receita e despesas, além de reunir metas e prioridades fiscais do governo.

A equipe de auditoria do TCM questionou a gestão municipal em reunião no dia 12 de maio sobre a necessidade de utilização de

empréstimos. O encontro foi relatado em um relatório ao qual a coluna teve acesso.

Nele, os auditores afirmam que “a previsão de contratação de operações de crédito” nesse valor “poderia levar a encargos financeiros desnecessários”.

No encontro, ainda segundo o relatório, a Subsecretaria do Tesouro afirmou que o atual de caixa deve ser utilizado ao longo de 2023, considerando o aumento do déficit primário neste ano. Os créditos, portanto, seriam necessários para a “expansão de investimentos”.

“Contudo, frente ao cenário de caixa atual, recomenda-se que essas operações de crédito sejam contraídas em um cenário claro de diminuição de caixa, uma vez que podem

criar encargos financeiros desnecessários para o município”, recomenda o TCM.

Procurada pela reportagem, a gestão municipal afirma, em nota, que “a previsão de contratações de operações de crédito, autorizada pela Câmara Municipal, se destina a áreas como a saúde, habitação e transportes”.

“Cabe destacar que todas as propostas de operação de crédito apenas são contratadas após cuidadosa análise dos custos e benefícios econômicos e sociais para a cidade, considerando, inclusive, a eventual vantajosidade da utilização de recursos próprios do município ante a opção de contratação de financiamentos”, diz ainda.

Mônica Bergamo/Folhapress

LS Broadcast Participações S.A.

CNPJ/MF nº 24.935.152/0001-44

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balancos Patrimoniais – 31 de dezembro de 2022 e 2021 e 1 de janeiro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora			Consolidado				Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021		31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Ativo circulante							Passivo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	2.098	2.065	1.980	2.149	5.245	6.122	Fornecedores	-	-	-	1.830	1.682	1.352
Contas a receber de clientes	-	-	-	5.599	7.244	7.106	Passivo de arrendamento	-	-	-	611	378	367
Impostos a recuperar	27	65	64	69	183	1.189	Salários e encargos a pagar	-	-	-	1.758	1.556	765
Partes relacionadas	-	28.638	-	12.049	42.397	52.518	Impostos a recolher	4	4	5	292	377	293
Dividendos a receber	2.570	768	6.058	-	-	-	Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	-	431	1.322	780
Outros créditos	7	8	4	334	69	371	Dividendos a pagar	2.512	-	6.680	3.434	3.232	9.469
Total do ativo circulante	4.702	31.544	8.106	20.201	55.138	67.306	Partes relacionadas	410	-	55	410	-	55
							Outras contas a pagar	-	-	-	1.991	2.990	1.999
Ativo não circulante							Total do passivo circulante	3.848	4	6.740	10.757	11.537	15.080
Impostos a recuperar	196	-	-	448	-	321	Passivo não circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	13.631	10.837	8.278	Passivo de arrendamento	-	-	-	1.663	1.700	1.773
Investimentos	47.860	54.424	96.169	-	-	-	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	-	-	-	-	-	441
Direito de uso de ativos	-	-	-	1.987	1.842	2.175	Total do passivo não circulante	-	-	-	1.663	1.700	2.214
Imobilizado	-	-	-	5.164	5.548	6.172	Patrimônio líquido						
Intangível	-	-	-	20.514	26.481	32.478	Capital social	32.113	75.199	75.199	32.113	75.199	75.199
Total do ativo não circulante	48.056	54.424	96.169	41.744	44.708	49.424	Adiantamento para futuro aumento de capital	-	696	696	-	696	696
							Reserva legal	2.192	1.664	1.438	2.387	1.664	1.438
Total do ativo	52.758	85.968	104.275	61.945	99.846	116.473	Reserva de lucros	15.527	8.405	20.202	14.410	8.405	20.202
							Patrimônio líquido de controladores	49.832	85.964	97.535	48.910	85.964	97.535
							Participação de não controladores	-	-	-	615	645	1.644
							Total do patrimônio líquido	49.832	85.964	97.535	49.525	86.609	99.179
							Total do passivo e patrimônio líquido	52.758	85.968	104.275	61.945	99.846	116.473

Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida de vendas	-	-	45.755	42.363	Resultado financeiro líquido	1.084	90	1.103	(19)
Custo dos produtos vendidos	-	-	(17.509)	(16.596)	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	10.363	4.522	10.112	6.756
Lucro bruto	-	-	28.246	25.767	Imposto de renda e CSLL	(201)	-	455	(2.020)
Despesas operacionais					Lucro líquido do exercício	10.162	4.522	10.567	4.736
Resultado de participações societárias	14.396	10.515	-	-	Atribuível aos:				
Despesas de vendas	-	-	(987)	(931)	Acionistas controladores	-	-	10.162	4.522
Gerais e administrativas	(6.083)	(6.073)	(18.672)	(18.093)	Acionistas não controladores	-	-	405	214
Outras receitas (despesas), líquidas	966	(10)	422	32	Lucro básico e diluído por ação - R\$	-	-	0,14	0,06
Lucro operacional	9.279	4.432	9.009	6.775					

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e 1 de janeiro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldos em 01 de janeiro de 2021 – rerepresentado	75.199	-	696	1.438	20.202	97.353	1.644	99.179	4.736
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.522	214	-	-
Constituição reserva legal (Nota 12)	-	-	-	226	-	(226)	-	-	-
Constituição dividendos mínimos obrigatórios (Nota 12)	-	-	-	-	(15.019)	(1.074)	(16.093)	(55)	(16.148)
Transferência para reserva lucros	-	-	-	-	3.222	(3.222)	-	-	-
Outras movimentações de não controladores	-	-	-	-	-	-	(1.158)	(1.158)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021 – rerepresentado	75.199	-	696	1.664	8.405	85.964	645	86.609	(43.782)
Redução de capital social (Nota 12)	(43.782)	-	-	-	-	(43.782)	-	(43.782)	-
Integralização AFAC (Nota 12)	696	-	(696)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	10.162	10.162	405	10.567
Constituição reserva legal (Nota 12)	-	-	-	528	-	(528)	-	-	-
Constituição dividendos mínimos obrigatórios (Nota 12)	-	-	-	-	-	(2.512)	(277)	(2.789)	-
Transferência para reserva lucros (Nota 12)	-	-	-	-	7.122	(7.122)	-	-	-
Outras movimentações de não controladores	-	-	-	-	-	-	(158)	(158)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	32.113	-	2.192	15.527	-	49.832	615	50.447	-

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas – 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais – A LS Broadcast Participações S.A. ("LS Broadcast" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede à Rua Rui Barbosa nº 333, sala 41-c, Vila Gilta, em Santo André, São Paulo, CEP 09190-370, constituída em 03 de junho de 2016 e tem como objeto social: (a) holdings de instituições não financeiras; (b) exercício de funções de gestão e administração de negócios das companhias do grupo e; (c) participações em outras sociedades, consórcio ou joint ventures. No exercício de 2022 houve a troca dos acionistas da Companhia, porém os novos acionistas são parte do mesmo grupo dos antigos acionistas, não mudando a gestão e forma de controle da mesma. As companhias operacionais, controladas da Companhia, atuam no segmento de rádio e TV, sendo uma afiliada da Rede Globo de Televisão. A Companhia possui participações nas empresas Cia. Catarinense de Rádio e Televisão S.A., Rádio Atlântida FM de Florianópolis Ltda., Televisão Joaçaba e Rádio Eldorado FM de Joinville Ltda., a primeira foi uma aquisição parcial em 26 de maio de 2016, e a segunda, a aquisição do restante da participação nestas empresas e o controle foi obtido em 02 de dezembro de 2017. Contudo, todas as decisões da Administração já estavam centralizadas na atual administração. A licença Federal para operacionalização das atividades de tv e rádio são garantidas pelo governo e aprovadas pelo Congresso Federal. Essas licenças são concedidas para cada unidade, com caráter não exclusivo e com vencimento pré-determinado de 15, anos podendo ser prorrogado por igual período. A concessão foi renovada em 2022 e terá vencimento para 2037. A emissão das presentes demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foi autorizada pela diretoria da Companhia em XX de maio de 2023.

2. Resumo das principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Lei das Sociedades por Ações, e evidenciando todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.1.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.2. Consolidação:** a) **Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas e indiretas em 31 de dezembro de 2022 e 2021: i) **Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas. ii) **Companhias consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas:

País	% – Controle direto no capital social	
	2022	2021
Brasil	95,57%	95,57%
Brasil	99,99%	99,99%
Brasil	99,99%	99,99%
Brasil	99,99%	99,99%

Cia. Catarinense de Rádio e Televisão
Radio Atlântida FM de Florianópolis Ltda.
Televisão Joaçaba Ltda.
Rádio Eldorado FM de Joinville Ltda.

b) Demonstrações financeiras individuais: Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. **2.3. Reapresentação para correção de erros:** Em 2017 a Companhia realizou a aquisição de suas controladas, e foi reconhecido imposto de renda e contribuição social diferido sobre os valores de aquisição, porém a administração identificou que não existem indícios da realização desse passivo, o qual optou por baixa-lo, reapresentando os saldos das demonstrações financeiras considerando o efeito dessa transação como o período da constituição do crédito. Diante disso, os saldos originalmente apresentados foram ajustados e as demonstrações financeiras reapresentadas seguindo às diretrizes do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de 31 de dezembro de 2022, a Companhia reapresentou os saldos de balanço referentes a 31 de dezembro de 2021 e 1 de janeiro de 2021 (saldo de abertura), apresentados de forma comparativa:

	31/12/2021			01/01/2021		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo						
Total do Ativo			85.968			104.275
Outros passivos circulantes			4			6.740
Imposto de renda e cont. social diferido	3.884	(3.884)	-	3.884	(3.884)	-
Total do Passivo			3.888			10.624
Patrimônio líquido						6.740
Reserva de lucros	4.521	3.884	8.405	16.318	3.884	20.202
Outros saldos de patrimônio líquido	77.559	-	77.559	77.333	-	77.333
Total no patrimônio líquido			82.080			93.651
Total passivo + patrimônio líquido			85.968			104.275
ii) Consolidado						
Ativo						
Outros ativos circulantes			55.138			67.306
Imposto de renda e cont. social diferido	6.953	3.884	10.837	4.394	3.884	8.278
Outros ativos não circulantes			33.871			40.889
Total do Ativo			95.962			112.589
Total do Passivo			13.237			17.294
Patrimônio líquido						
Reserva de lucros	4.521	3.884	8.405	16.318	3.884	20.202
Outros saldos de patrimônio líquido	77.559	-	77.559	77.333	-	77.333
Total no patrimônio líquido			82.080			93.651
Não controladores			645			1.644
Total passivo + patrimônio líquido			95.962			112.589

2.4 Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. i) **Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (iii) valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	10.162	4.522	10.567	4.736
Resultado abrangente total	10.162	4.522	10.567	4.736
Resultado abrangente atribuível:				
Acionistas controladores	-	-	10.162	4.522
Acionistas não controladores	-	-	405	214
			10.567	4.736

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	10.363	4.522	10.112	6.756
Ajustes ao lucro				
Depreciação e amortização	-	-	1.429	1.090
Baixa de imobilizado	-	-	206	85
Baixa de arrendamento	-	-	(28)	-
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	-	-	-	(441)
Provisão para perda de crédito esperadas	-	-	69	45
Amortização valor justo	5.997	5.997	5.997	5.997
Equivalência patrimonial	(14.396)	(10.515)	-	-
Juros sobre arrendamento	-	-	266	232
Variações				
Contas a receber de clientes	-	-	1.576	(183)
Impostos a recuperar	(158)	(1)	(1.385)	1.006
Outros créditos	-	(4)	(266)	302
Partes relacionadas a receber	266	89	1.566	39.291
Depósitos judiciais	-	-	-	321
Fornecedores e outras obrigações	-	(1)	148	330
Obrigações sociais, trabalhistas	-	-	202	791
Adiantamentos de clientes	-	-	-	(55)
Impostos a recolher	(144)	-	(85)	84
Outras contas a pagar	-	-	(4.211)	(168)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(57)	-	(2.179)	(4.037)
Juros pagos	-	-	-	(232)
Dividend				



... continuação

LS Broadcast Participações S.A.

financeiros (impairment) A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com **defaults**. **2.5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor original da venda. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, deduzido da provisão para perda de crédito esperadas, se necessária. A provisão para perda de créditos esperadas são constituídas com base nos critérios divulgados na Nota Explicativa nº 2.11.a. **2.6. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, também, inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em despesa no resultado do período, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. **2.7. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. São classificadas as licenças de softwares entre outros ativos que são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **a) Ágio decorrente de aquisição de controladas:** O ágio resultante da aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas. **b) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, providos para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Companhia possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável, se houver, é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. **2.8. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Estes valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. **2.9. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de propaganda no curso normal das atividades das controladas da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas. **a) Receita financeira:** A Companhia e suas controladas apresentam receita de caráter financeiro referente a rendimento de aplicações financeiras, correção monetária de créditos tributários e recebimento de clientes. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.10. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** **a) Tributos correntes:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que Companhia e suas controladas atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e suas controladas nas

apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. **b) Tributos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no encerramento de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. **2.10. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** **b) Tributos diferidos:** A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no encerramento de cada exercício ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma pela qual a Companhia, no encerramento de cada exercício, espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal com o passivo fiscal, quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e quando a Companhia pretende liquidar o valor líquido de seus ativos e passivos fiscais. **2.11. Principais julgamentos e estimativas contábeis:** Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas este período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis: **a) Provisão para perda de créditos esperadas:** A perda é constituída com base na política interna, que leva em consideração o número de dias vencidos de cada título das contas a receber, a fim de cobrir eventuais perdas na realização de créditos com terceiros. Em alguns casos, também são considerados outros fatores, como por exemplo, a situação financeira do cliente. **b) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis:** A Companhia é parte de processos cíveis, como descrito na Nota Explicativa nº 11. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que a provisão para riscos cíveis está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 25 "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes", onde uma provisão deve ser constituída quando: a) A entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; b) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. **2.12. Novas normas contábeis – novas e alterações/ atualizações ocorridas:** **a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** A Empresa aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).** As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual. A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022. **Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato:** Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a empresa não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e a alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia já que não foi identificado nenhum contrato como oneroso. **Referências à Estrutura conceitual:** As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1) – Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do "dia 2" decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Levies, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período. **IFRS 1 First-time Adoption**

of International Financial Subsidiária como adotante pela primeira vez: A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia por não ser uma adotante pela primeira vez. **IFRS 9 Financial Instruments – Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros):** A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da empresa durante o período. **IAS 41 Agriculture – Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola):** A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não possuía ativos no âmbito da IAS 41 à data de relato. **b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 – Contratos de seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (CPC 50 – Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação. Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação: As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábil'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionar guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente revisando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas. **Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)** Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

Luiz Carlos Borgonovi – Diretor
Rodrigo Miranda Simões – Contador CRC 1SP 250.809/O-7

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

À Diretoria e Acionistas da
LS Broadcast Participações S.A. – Santo André-SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da LS Broadcast Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Os principais pontos em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Auditoria dos valores correspondentes. As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 30 de abril de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, o que não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude

é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Campinas, 10 de maio de 2023.
Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-027.623/F
Cristiane Cléria S. Hilario
Sócia-Contadora CRC-1SP 243.766/O-8

MS Broadcast Participações S.A.

CNPJ/MF nº 24.987.773/0001-71

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora			Consolidado			Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
	(reapresentado)											
Ativo circulante												
Caixa e equivalentes de caixa	4.708	1.176	1.128	4.699	3.430	3.155	–	–	–	1.916	1.188	842
Contas a receber de clientes	–	–	–	3.726	3.703	3.775	–	–	–	138	64	106
Impostos a recuperar	42	15	15	344	3.010	1.595	–	–	–	1.696	1.497	935
Estoques	–	–	–	–	317	–	5	5	6	235	247	211
Partes relacionadas	4.986	–	–	9.096	2.104	20.529	–	–	–	46	2.182	112
Dividendos a receber	617	698	–	–	459	–	266	174	590	–	–	520
Outros créditos	3	3	1	343	–	298	8	–	2.411	674	–	1.289
Total do ativo circulante	10.356	1.892	1.144	18.208	13.023	29.352	279	179	3.007	7.881	7.389	5.059
Ativo não circulante												
Depósitos judiciais	–	–	–	57	778	844	–	–	–	673	319	613
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	–	17.083	18.807	10.598	–	–	–	34	835	494
Investimentos	44.248	52.588	71.879	–	–	–	–	–	–	707	5.914	5.867
Direito de uso de ativos	–	–	–	763	465	688	–	–	–	–	–	–
Imobilizado	–	–	–	4.831	3.745	3.702	–	–	–	–	–	–
Intangível	–	–	–	21.802	27.028	32.255	–	–	–	–	–	–
Total do ativo não circulante	44.248	52.588	71.879	44.536	50.823	48.087	–	–	–	–	–	–
Total do ativo	54.604	54.480	73.023	62.744	63.846	77.439	–	–	–	–	–	–

Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Receita líquida de vendas	–	–	33.483	30.232
Custo dos produtos vendidos	–	–	(15.087)	(14.190)
Lucro bruto	–	–	18.396	16.042
Despesas operacionais				
Despesas de vendas	–	–	(894)	(973)
Gerais e administrativas	(5.313)	(5.322)	(15.140)	(14.876)
Equivalência patrimonial	4.556	11.316	–	–
Outras despesas, líquidas	578	(5.133)	71	(5.299)
Lucro (prejuízo) operacional	(179)	861	2.433	(5.106)
Resultado financeiro líquido	232	50	413	248
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e contribuição social	53	911	2.846	(4.858)
Imposto de renda e contribuição social	(21)	–	(2.447)	6.027
Lucro líquido do exercício	32	911	399	1.169
Atribuível a acionistas controladores	–	–	32	911
Atribuível a acionistas não controladores	–	–	367	258
			399	1.169
Lucro básico e diluído por ação – R\$			0,0006	0,0191

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado		Participação para futuro aumento de capital (AFAC)	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Lucro acumulado	Total do patrimônio líquido	de acionistas controladores	Total
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021							
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)							
Saldos em 01/12/2021 (reapresentado)	45.315	33.798	507	(9.604)	–	–	70.016	1.257	71.273	1.257	71.273
Lucro líquido do exercício	–	–	–	911	–	–	911	258	1.169	–	1.169
Constituição da reserva legal	–	–	46	–	–	–	(46)	–	–	–	–
Constituição dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	(216)	(216)	(513)	(719)	–
Constituição dividendos adicionais	–	–	–	(16.410)	–	–	(16.410)	–	(16.410)	–	–
Transferência para reserva lucros	–	–	–	649	–	–	(649)	–	–	–	–
Saldos em 31/12/2021 (reapresentado)	45.315	33.798	553	(25.365)	–	–	54.301	1.002	55.303	1.002	55.303
Lucro líquido do exercício	–	–	–	32	–	–	32	367	399	–	399
Integralização de AFAC	33.798	(33.798)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Constituição da reserva legal	–	–	2	–	–	–	(2)	–	–	–	–
Constituição dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	(8)	(8)	–	(8)	–
Constituição dividendos adicionais	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Transferência para reserva lucros	–	–	–	22	–	–	(22)	–	–	–	–
Outras transações com acionistas não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(41)	(41)
Saldos em 31/12/2022	79.113	555	(25.343)	–	–	–	54.325	961	55.286	961	55.286

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais – A MS Broadcast Participações S.A. (“MS Broadcast” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Rui Barbosa nº 333, sala 41-c, Vila Gilda, em Santo André, São Paulo, CEP 09190-370, constituída em 03 de junho de 2016 e tem como objeto social: (a) holdings de instituições não financeiras; (b) exercício de funções de gestão e administração de negócios de empresas do Grupo; e (c) participações em outras sociedades, consórcio ou joint ventures. No exercício de 2022 houve a troca dos acionistas da companhia, porém os novos acionistas são parte do mesmo grupo dos antigos acionistas, não mudando a gestão e forma de controle da mesma. As empresas operacionais, controladas da Companhia, atuam no segmento de rádio e TV, sendo uma afiliada da Rede Globo de Televisão. A Companhia possui participações nas empresas Diário da Manhã, TV Chapeco, Empresa Catarinense de Comunicação, TV Criciúma e Rádio Cidade FM, e foram adquiridas em 26 de maio de 2016, em fases, e o controle foi obtido em 02 de dezembro de 2017. Contudo, todas as decisões da administração já estavam centralizadas na atual administração. A licença federal para operacionalização das atividades TV e rádio são garantidas pelo governo e aprovadas pelo congresso federal. Essas licenças são concedidas para cada unidade, com caráter não exclusivo e com vencimento pré-determinado de 15 anos, podendo ser prorrogado por igual período. Em 2022 foi feita a renovação das licenças até 2037. A emissão das presentes demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foi autorizada pela diretoria da Companhia em 28 de abril de 2023.

2. Resumo das principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Lei das Sociedades por Ações, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia. **2.3. Consolidação: a) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas e indiretas em 31 de dezembro de 2022 e 2021: (i) **Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas. (ii) **Companhias consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas:

País	% – Controle direto no capital social	
	2022	2021
Brasil	100%	100%
Brasil	87,65%	87,65%
Brasil	100%	100%
Brasil	100%	100%
Brasil	100%	100%

b) Demonstrações financeiras individuais: Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. **2.4. Representação para correção de erros:** Em agosto de 2017 a Companhia recebeu um adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no montante de R\$ 30.807, atrelada à aquisição da participação de suas controladas que ocorreu em 26 de maio de 2016, porém ainda em processo de alienação da participação a Companhia. Foi acordado entre as partes que a capitalização ocorreria após conclusão da alienação efetiva, porém o valor em questão foi indevidamente baixado para o resultado do exercício em 2018. Em 2022, após a conclusão efetiva do processo, foi realizada a capitalização do AFAC. Adicionalmente, durante o período de 2017 a 2022, foram indevidamente registrados dividendos a receber de controladas em contrapartida do resultado no montante total acumulado de R\$ 10.199 em 2021 e R\$ 5.770 em 2020. Além disto, realizamos a reapresentação os saldos dos impostos diferidos no montante de R\$ 4.760. Diante disso, os saldos originalmente apresentados foram ajustados e as demonstrações financeiras reapresentadas seguindo às diretrizes do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de 31 de dezembro de 2022, a Companhia reapresentou os saldos de balanço referentes a 31 de dezembro de 2021 e 1 de janeiro de 2021 (saldo de abertura), bem como os resultados apurados nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados de forma comparativa:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Passivo circulante						
Fornecedores	–	–	–	–	–	–
Passivo de arrendamento	–	–	–	–	–	–
Salários e encargos a pagar	–	–	–	–	–	–
Impostos a recolher	5	5	6	5	5	6
Imposto de renda e contribuição social a pagar	–	–	–	–	–	–
Partes relacionadas	266	174	590	–	–	–
Dividendos a pagar	8	–	2.411	674	–	–
Outras contas a pagar	–	–	–	2.046	2.211	1.044
Total do passivo circulante	279	179	3.007	7.881	7.389	5.059
Passivo não circulante						
Passivo de arrendamento	–	–	–	673	319	613
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	–	–	–	34	835	494
Total do passivo não circulante	–	–	–	707	5.914	5.867
Patrimônio líquido						
Capital social	79.113	45.315	45.315	79.113	45.315	45.315
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	33.798	33.798	–	33.798	33.798
Reserva legal	555	553	507	555	553	507
Prejuízos Acumulados	(25.343)	(25.365)	(9.604)	(25.343)	(25.365)	(9.604)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	54.325	54.301	70.016	54.325	54.301	70.016
Participação de não controladores	–	–	–	961	1.002	1.257
Total do patrimônio líquido	54.325	54.301	70.016	55.286	55.303	71.273
Total do passivo e patrimônio líquido	54.604	54.480	73.023	62.744	63.846	77.439

Demonstrações dos outros Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Lucro líquido do exercício	32	911	399	1.169
Resultado abrangente total	32	911	399	1.169
Resultado abrangente atribuível:				
Atribuível a acionistas controladores	–	–	32	911
Atribuível a acionistas não controladores	–	–	367	258
	–	–	399	1.169

Demonstrações dos Fluxos de Caixas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	53	911	2.846	(4.858)
Ajustes ao lucro (prejuízo):				
Depreciação e amortização	–	–	759	743
Resultado na baixa de imobilizado	–	–	220	(121)
Provisões para riscos trabalhistas e cíveis	–	–	(801)	341
Provisão para perda de créditos esperadas	–	–	2	(11)
Amortização valor justo	5.226	5.227	5.226	5.227
Equivalência patrimonial	(4.556)	(6.189)	–	–
Juros provisionados	–	–	190	91
Variações				
Contas a receber de clientes	–	–	(25)	83
Estoques	–	–	317	(317)
Impostos a recuperar	(48)	–	(194)	(1.415)
Outros ativos	–	–	(2)	(343)
Partes relacionadas				

... continuação

Os impactos nas demonstrações de resultados abrangentes, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa são reflexos dos ajustes demonstrados acima e não são relevantes para a apresentação da reconciliação. Os ajustes demonstrados acima não provocaram efeitos nos totais das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos nas demonstrações de fluxo de caixa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **2.5 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. i) **Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (iii) valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela administração. Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Os principais ativos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas e outros créditos. ii) **Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado. Os principais passivos financeiros da Companhia são: fornecedores, passivo de arrendamento, partes relacionadas e outras contas a pagar. iii) **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. iv) **Redução do valor recuperável de ativos financeiros (Impairment):** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com **defaults**. **2.6. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **2.7. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor original da venda. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, deduzido da provisão para perda de crédito esperadas, se necessária. A provisão para perda de crédito esperadas é constituída com base nos critérios divulgados na Nota Explicativa nº 2.13.a. **2.8. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em despesa no resultado do período, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. **2.9. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. São classificadas as licenças de softwares entre outros ativos que são capitalizados com base nos custos incorridos para adquirir e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de 03 a 05 anos. **A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.** Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **o) Ágio decorrente de aquisição de controladas:** O ágio resultante da aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas. Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores

MS Broadcast Participações S.A.

contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Companhia possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável, se houver, é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. **2.10. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Estes valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. **2.11. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de propaganda no curso normal das atividades das controladas da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas. **a) Receita financeira:** A Companhia e suas controladas apresentam receita de caráter financeiro referente à correção monetária de créditos tributários e recebimento de clientes. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.12. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: a) Tributos correntes:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia e suas controladas atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e suas controladas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. **b) Tributos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no encerramento de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no encerramento de cada exercício ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma pela qual a Companhia, no encerramento de cada exercício, espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal com o passivo fiscal, quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e quando a Companhia pretende liquidar o valor líquido de seus ativos e passivos fiscais. **2.13. Principais julgamentos e estimativas contábeis:** Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2, a administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis: **a) Provisão para perda de créditos esperadas:** A perda é constituída com base na política interna, que leva em consideração o número de dias vencidos de cada título das contas a receber, a fim de cobrir eventuais perdas na realização de créditos com terceiros. Em alguns casos, também são considerados outros fatores, como por exemplo, a situação financeira do cliente. **b) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis:** A Companhia é parte de processos cíveis, como descrito na Nota Explicativa nº 13. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que a provisão para riscos cíveis está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 25 "provisões, passivos contingentes e ativos contingentes", onde uma provisão deve ser constituída quando: **a)** A Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; **b)** Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; **c)** Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. **2.14. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).** As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: **Contrato Oneroso** – custos de cumprimento de contrato; **Ativo imobilizado** – vendas antes do uso pretendido; e **Referências à Estrutura conceitual.** A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022. **Contrato Oneroso** – custos de cumprimento de contrato: Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a Companhia não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia já que não foi identificado nenhum contrato como oneroso. **Referências à Estrutura**

conceitual: As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1) – Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do "dia 2" decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Levies, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período. **IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Subsidária como adotante pela primeira vez:** A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia por não ser uma adotante pela primeira vez. **IFRS 9 Financial Instruments – Taxas no teste de "10 por cento" para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros):** A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. De acordo com as disposições transitórias, o Grupo aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da Companhia durante o período. **IAS 41 Agriculture – Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola):** A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não possuía ativos no âmbito da IAS 41 à data de relato. **b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 – Contratos de Seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (CPC 50 – Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação. Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduziu a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente revisando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas. **Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):** Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

Luiz Carlos Borgonovi – Diretor
Rodrigo Miranda Simões – Controlador CRC 15P.250.809/O-7

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

À Diretoria e Acionistas da **MS Broadcast Participações S.A.**, Santo André-SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MS Broadcast Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa indivi-

ais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos – Demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício anterior examinadas por outro auditor independente:** O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas refe-

rentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (saldo de abertura 01 de janeiro de 2021), preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes explicados na nota explicativa 2.4, foram conduzidos sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 30 de abril de 2022 e 20 de abril de 2021, respectivamente. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 2.4 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2021 e o balanço patrimonial individual e consolidado de 31 de dezembro de 2020 (saldo de abertura 01 de janeiro de 2021). Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras

continua ...

... continuação

individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e balanço patrimonial individual e consolidado findo em 31 de dezembro de 2020 (saldo de abertura 1 de janeiro de 2021) e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2021 e balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020 (saldo de abertura 1 de janeiro de 2021) tomados em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em

conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contá-

bil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 10 de maio de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP 027.623/F

Cristiane Cléria S. Hilario
Sócia-Contadora
CRC 1SP 243.766/O-8

Dólar cai pelo 4º pregão seguido em dia positivo para moedas emergentes



O dólar à vista emendou o quarto pregão consecutivo de baixa no mercado doméstico de câmbio na terça-feira, 6, e flertou na mínima com o rompimento do piso psicológico de R\$ 4,90. Segundo operadores, o real voltou a se beneficiar do apetite por divisas latino-americanas de países com taxas de juros elevadas, na esteira da recuperação de preços de commodities. Circularam notícias de que a China teria orientado bancos estatais a cortar juros para depósitos em dólares. Principal par da moeda brasileira, o peso mexicano atingiu o maior valor em relação ao dólar em sete anos.

Houve relatos de entrada de fluxo estrangeiro, em especial para a bolsa doméstica, em meio às expectativas de redução da taxa Selic no segundo semestre, reforçadas ontem pela deflação de 2,33% do IGP-DI de maio, superior ao piso de Projeções Broadcast (-2,15%). Hoje, sai o IPCA de maio, que pode ratificar a tendência de desaceleração da inflação ao consumidor.

Tirando certa volatilidade na primeira hora de negócios, quando chegou a operar em alta e registrou máxima a R\$

4,9563, o dólar à vista trabalhou em terreno negativo no restante da sessão. Com mínima a R\$ 4,9015 no início da tarde, a moeda encerrou o dia em baixa de 0,37%, a R\$ 4,9122. Nos quatro primeiros pregões de junho, o dólar já acumula desvalorização de 3,17%. Termômetro do apetite por negócios, o contrato de dólar futuro para julho teve giro razoável, acima de US\$ 12 bilhões.

Para o head de câmbio da Trace Finance, Evandro Caciano, com agenda externa esvaziada, o mercado global de moedas operou hoje ainda sob o impacto de dados abaixo do esperado da economia dos EUA divulgados ontem. Além da continuidade de desmonte de posições defensivas construídas durante o impasse em torno do teto da dívida americana, Caciano vê investidores já se preparando para o encontro de política monetária do Federal Reserve na próxima semana.

“Temos ainda desmonte de proteções no câmbio e início de ajuste de carteiras para a reunião do Fed. É possível que o dólar volte a romper os 4,90”, diz Caciano, acrescentando que eventual redução da Selic no segundo semestre será pequena.

IstoÉDinheiro

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R\$ 4,9286 / R\$ 4,9292 **
Câmbio livre mercado - R\$ 4,9100 / R\$ 4,9120 *
Turismo - R\$ 5,0200 / R\$ 5,1130
(* cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado no dia: -0,34%

OURO BM&F
R\$ 311

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: 1,69%
Pontos: 114.610
Volume financeiro: R\$ 29,584 bilhões
Majores altas: Assaí ON (14,70%), Carrefour BR ON (10,91%), Azul PN (10,50%)
Majores baixas: PetroRio ON (-3,03%), Cielo ON (-2,54%), São Martinho ON (-1,05%)

S&P 500 (Nova York): -0,2%
Dow Jones (Nova York): -0,59%
Nasdaq (Nova York): -0,09%
CAC 40 (Paris): -0,96%
Dax 30 (Frankfurt): -0,54%
Financial 100 (Londres): -0,1%
Nikkei 225 (Tóquio): 2,2%
Hang Seng (Hong Kong): 0,84%
Shanghai Composite (Xangai): 0,07%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,46%
Merval (Buenos Aires): 2,24%

ITOCHEU Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 61.274.155/0001-00 - NIRE 35.300.014.723

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de maio de 2023

Data e Local: Em 18/05/2023, às 10h00, em sua sede social. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do Capital Social, dispensada a publicação de Editais de Convocação. **Mesa:** Presidente da Mesa: Katsuhiko Kimura; Secretário da Mesa: Masakazu Obayashi. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos, com exceção dos legalmente impedidos:** 01) A destituição do Sr. Hiroshi Akiba do cargo de Diretor Presidente a partir de 21/04/2023; 02) Em substituição à destituição do Sr. Hiroshi Akiba, a nomeação do Sr. Hisakazu Yamaguchi, portador do RNM nº G226907P, e do CPF/MF sob nº 702.381.566-05, a partir de 03/05/2023, para exercer o cargo de Diretor Presidente; 03) A destituição do Sr. Koichiro Kawaguchi, do cargo de Diretor Gerente a partir de 10/05/2023 em virtude de seu retorno ao Japão e a destituição do Sr. Daizo Watanabe, do cargo de Diretor Gerente a partir de 12/03/2023 em virtude de sua transferência para o Panamá; 04) Em substituição à destituição do Sr. Koichiro Kawaguchi, a nomeação do Sr. Hiroyuki Hoshi, portador do RNM nº F832724D, e do CPF/MF nº 119.206.161-60, a partir de 02/05/2023, para exercer o cargo de Diretor Gerente; e, em substituição à destituição do Sr. Daizo Watanabe, a nomeação do Sr. Yoshihiro Tsunoda, portador do RNM nº F833356B, e do CPF/MF nº 118.657.511-54, a partir de 24/04/2023, para exercer o cargo de Diretor Gerente, tendo ficado vago este cargo desde a destituição do Sr. Daizo Watanabe até a nomeação do Sr. Yoshihiro Tsunoda; e 05) Os mandatos do novo Diretor Presidente e dos novos diretores aqui apontados terminarão junto com os demais diretores já nomeados, ou seja, 30/04/2025. Todos os nomeados através da presente ata declaram, expressamente, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem o comércio ou a administração da sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 18/05/2023. Ass.: Mesa: Presidente: Katsuhiko Kimura e Secretário: Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 227.239/23-4 em 02/06/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

RBI Partnership Participações S.A.

CNPJ/MF nº 02.176.289/0001-20 - NIRE 35.300.151.852

Editais de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da Companhia para se reunirem em AGOE, que se realizará via conferência eletrônica através de link a ser disponibilizado previamente pela Companhia, em 20/06/2023, às 11h00, para deliberar sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) reeleição dos membros da diretoria e ratificação dos atos praticados pelos referidos diretores até a presente data; (ii) aprovação das contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2021 e 31/12/2022; (iii) pagamento da indenização devida a Rio Bravo Investimentos Holding S.A. nos termos previstos no Share Purchase Agreement and Other Covenants celebrado, em 29/07/2016, entre a Companhia, a Fosun Property Holding Limited e outros, conforme posteriormente aditada; e (iv) contratação de prestador de serviço responsável pelo acompanhamento e execução do contas a pagar, contabilidade e atos societários da Companhia. (07, 08 e 10/06/2023)

Linea Home Style SPE Empreendimento Ltda.

CNPJ/MF nº 15.598.533/0001-94 - NIRE 35.226.593.273 ("Sociedade")

Ata de Reunião de Sócios realizada em 29 de maio de 2023

Data, Hora e Local: 29/05/2023, às 10h00, na sede da Sociedade. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em razão da presença de todos os Sócios. **Mesa:** Presidente: Mauro Piccolotto Dottori; Secretário: Milton Corrêa Meyer Filho. **Deliberações tomadas por unanimidade:** 1. O sócio Mauro Santi se retira da Sociedade e transfere suas 900.000 quotas para a Sócia MPD Investimentos Imobiliárias Ltda. ("MPD II"), que passa a ter 5.500.000 quotas, com valor nominal de R\$1,00 cada, sendo o valor de sua participação de R\$5.500.000,00. 2. As Sócias resolvem aumentar o Capital Social em R\$12.926.000,00. Sendo que: a) Sócia MPD II subscreve R\$7.109.300,00, sendo R\$3.583.665,18 mediante Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC") e o restante a integralizar; a) Sócia TEP subscreve R\$2.908.350,00, sendo R\$2.908.336,26 mediante AFAC e o restante a integralizar; a) Sócia LPAR subscreve R\$2.908.350,00, sendo R\$2.908.336,26 mediante AFAC e o restante a integralizar. 3. As Sócias aprovam a redução de Capital Social em R\$22.916.000,00, valor convertido em quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada (a "Redução"), passando o Capital de R\$22.926.000,00 para R\$10.000,00, por considerá-lo excessivo em relação ao Objeto Social, nos termos do artigo 1.082, inciso II, do Código Civil. O valor da Redução será distribuído entre Sócios na proporção de suas participações no Capital Social. 4. As Sócias se comprometem a restituir o valor total da Redução, caso haja a oposição de credor(es), dentro do período de noventa dias, que se inicia com a publicação deste ato, nos termos da lei; não há oposição de terceiro(s), as alterações de Capital Social serão refletidas no Contrato Social, nos termos do artigo 1.084 e parágrafos do Código Civil. **Encerramento:** Nada mais a tratar, lavrou-se esta ata. **Mesa:** Mauro Piccolotto Dottori - Presidente; Milton Corrêa Meyer Filho - Secretário. **Sócios:** (i) MPD Investimentos Imobiliárias Ltda., por Mauro Piccolotto Dottori; (ii) TEP Empreendimentos e Participações Ltda.; (iii) LPAR Empreendimentos e Participações Ltda., por Fábio Penteadro de Ulhôa Rodrigues; e (iv) Mauro Santi. São Paulo/SP, 29/05/2023.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br

NC Broadcast Participações S.A.

CNPJ/MF nº 24.935.188/0001-28

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balancos Patrimoniais 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)							
Ativo	Controladora		Consolidado	Capital social	Capital a integralizar	Reserva Legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022								
Ativo circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	1.194	1.076	65.173	30.847							
Contas a receber de clientes	–	–	24.501	44.051							
Estoques	–	–	795	1.620							
Impostos a recuperar	25	5	217	273							
Dividendos a receber	4.946	7.698	–	–							
Outras contas a receber	1.363	–	6.055	4.454							
Total do ativo circulante	7.508	8.779	96.741	81.245							
Ativo não circulante											
Depósitos judiciais	–	–	1.752	4.896							
Impostos a recuperar	19	1	613	1.470							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	26.028	24.343							
Investimentos	275.069	261.295	–	–							
Direito de uso de ativos	–	–	5.185	4.212							
Imobilizado	–	–	21.182	18.990							
Intangível	–	–	203.294	215.375							
Total do ativo não circulante	275.088	261.296	258.054	269.286							
Total do ativo	282.596	270.075	354.795	350.531							
Passivo e patrimônio líquido											
Passivo circulante											
Fornecedores	–	–	6.164	6.248							
Passivo de arrendamento	–	–	996	129							
Salários e encargos a pagar	–	–	15.392	14.398							
Impostos a recolher	4	7	1.592	1.358							
Imposto de renda e contribuição social a pagar	–	–	598	2.942							
Dividendos a pagar	5.806	8.441	6.144	16.881							
Partes relacionadas	373	275	17.851	6.626							
Receitas diferidas	–	–	54	9.284							
Outras contas a pagar	–	–	9.337	9.066							
Total do passivo circulante	6.183	8.723	58.128	66.932							
Passivo não circulante											
Passivo de arrendamento	–	–	4.933	4.688							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	3.579	3.579							
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	–	–	6.632	11.493							
Total do passivo não circulante	–	–	11.565	19.760							
Patrimônio líquido											
Capital social	257.621	313.455	257.621	313.455							
Capital a integralizar	–	–	–	–							
Reserva legal	1.374	152	1.374	152							
Reserva de lucros	17.418	–	17.418	–							
Prejuízos acumulados	–	–	(53.583)	(53.583)							
Total do patrimônio líquido	276.413	257.773	276.413	257.773							
Participação de acionistas não controladores	–	–	8.689	6.066							
Total do patrimônio líquido	276.413	257.773	285.102	263.839							
Total do passivo e patrimônio líquido	282.596	270.075	354.795	350.531							

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais – A NC Broadcast Participações S.A. ("NC Broadcast" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Rui Barbosa nº 333, sala 41-c, Vila Gilda, em Santo André, São Paulo, CEP: 09190-370, constituída em 03 de junho de 2016, e tem como objeto social: (a) holdings de instituições não financeiras; (b) exercício de funções de gestão e administração de negócios de empresas do grupo; e (c) participações em outras sociedades, consórcio ou *joint ventures*. No exercício de 2022 houve a troca dos acionistas da Companhia, porém os novos acionistas são parte do mesmo grupo dos antigos acionistas, não mudando a gestão e forma de controle da mesma. As empresas operacionais, que são controladas da Companhia, atuam no segmento de rádio e TV, sendo uma afiliada da Rede Globo de Televisão. A Companhia possui participações nas empresas Rádio Atlântida FM de Blumenau Ltda., TV coligadas de Santa Catarina S.A., NC Comunicações S.A., Rádio Itapema FM de Florianópolis Ltda. e LNC Administração e Cobranças Ltda., adquiridas em 26 de maio de 2016. Em 08 de dezembro 2017, a Companhia obteve o controle das investidas. A licença federal para operacionalização das atividades de TV e rádio são garantidas pelo governo e aprovadas pelo congresso federal. Essas licenças são concedidas para cada unidade, com caráter não exclusivo e com vencimento pré-determinado de 15 anos podendo ser prorrogado por igual período. A concessão foi renovada em 2022, sendo o próximo vencimento em 2037. A emissão das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foi autorizada pela diretoria da Companhia em 10 de maio de 2023.

2. Resumo das principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Lei das Sociedades por Ações, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.1.1. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional, e também a moeda de apresentação da Companhia. **2.2. Consolidação: a) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas e indiretas em 31 de dezembro de 2022 e 2021: **i) Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas. **ii) Companhias consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas:

% – Controle no capital social

	País	Direto	Indireto	Direto	Indireto
NC Comunicações S.A.	Brasil	99,99%	–	99,99%	–
Rádio Atlântida FM de Blumenau Ltda.	Brasil	–	99,99%	–	99,99%
TV coligadas de Santa Catarina S.A.	Brasil	–	85,15%	–	85,15%
Rádio Itapema FM de Florianópolis Ltda.	Brasil	–	99,99%	–	99,99%
NC Administração e Cobranças Ltda.	Brasil	–	99,99%	–	99,99%

b) Demonstrações financeiras individuais: Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. **2.3 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **i) Ativos financeiros:** Não reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (iii) valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contra-

tadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela administração. Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Os principais ativos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber. **ii) Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado. Os principais passivos financeiros da Companhia são: fornecedores, passivo de arrendamento, partes relacionadas e outras contas a pagar. **iii) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **iv) Redução do valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*):** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **2.5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor original da venda. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, deduzido pela provisão para perda de crédito esperadas, se necessária. A provisão para perda de crédito esperadas é constituída com base nos critérios divulgados na Nota Explicativa nº 2.12 (a). **2.6. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo de aquisição. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. **2.7. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens e peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em despesa no resultado do período, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. **2.8. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. São classificadas as licenças de softwares entre outros ativos que são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. **A vida útil de ativo intangível é avaliada**

como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **a) Ágio decorrente de aquisição de controladas:** O ágio resultante da aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas. **b) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Companhia possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável, se houver, é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. **2.9. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Estes valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. **2.10. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de publicidade é registrada quando a transmissão referente ocorre. A NC Broadcast reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita bruta de publicidade nas empresas de transmissão de TV compreende a veiculação de publicidade negociada localmente, assim como a negociada pela rede Globo em nome das emissoras de televisão para transmissão regional, de acordo com o contrato de rede. As trocas não monetárias de publicidade por serviços ou produtos são registradas ao valor de mercado em receitas e despesas. **2.11. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** a) **Tributos correntes:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia e suas controladas atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e suas controladas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados

continua ...

... continuação

de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. b) **Tributos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no encerramento de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no encerramento de cada exercício ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma pela qual a Companhia, no encerramento de cada exercício, espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal com o passivo fiscal, quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e quando a Companhia pretende liquidar o valor líquido de seus ativos e passivos fiscais. **2.12. Principais julgamentos e estimativas contábeis:** Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas este período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis: a) **Provisão para Perda de Crédito Esperada:** A perda é constituída com base na política interna, que leva em consideração o número de dias vencidos de cada título das contas a receber, a fim de cobrir eventuais perdas na realização de créditos com terceiros. Em alguns casos, também são considerados outros fatores, como por exemplo, a situação financeira do cliente. b) **Provisões para riscos trabalhistas e cíveis:** A Companhia é parte de processos cíveis, como descrito na Nota explicativa nº 15. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que a provisão para riscos cíveis está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes onde uma provisão deve ser constituída quando: a) A Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; b) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. **2.13. Novas normas contábeis – novas e alterações/atualizações ocorridas:** a) **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações ao CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).** As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual. A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com

NC Broadcast Participações S.A.

início em, ou após, 1º de janeiro de 2022. **Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato:** Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a empresa não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados dos a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia já que não foi identificado nenhum contrato como oneroso. **Referências à Estrutura conceitual:** As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 *Business Combinations* (equivalente ao CPC 15 (R1) – Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do "dia 2" decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 *Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets* (equivalente ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 *Levies*, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, a empresa aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período. **IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Subsidiária como adotante pela primeira vez:** A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia por não ser uma adotante pela primeira vez. **IFRS 9 Financial Instruments – Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros):** A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da Companhia durante o período. **IAS 41 Agriculture – Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola):** A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não possuía ativos no âmbito da IAS 41 à data de relato. **Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor à data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 – Contratos de Seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (CPC 50 – Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em

2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emite, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação. Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a empresa avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduziu a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente revisando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas. **Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):** Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido atual (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

Luiz Carlos Borgonovi – Diretor
Rodrigo Miranda Simões – Contador CRC 1SP 250.809/O-7

Relatório do Auditor independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

À Diretoria e Acionistas da
NC Broadcast Participações S.A. – Santo André-SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da NC Broadcast Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Auditoria dos valores correspondentes As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 30 de abril de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 10 de maio de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP 027623/F

Cristiane Cléria S. Hillario
Sócia-Contadora
CRC 1SP 243,766/O-8

Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos

CNPJ/MF: 58.317.751/0001-16 – NIRE 35.300.117.441

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de maio de 2023

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 19 de maio de 2023, às 11:00 horas, na sede social da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos ("Companhia"), localizada na Rua Guararapes, nº1909 – 9º andar – Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04561-004. **2. Convocação e Presença:** A convocação foi feita pelo Presidente do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 15 do Estatuto Social e esteve presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração, em conformidade com o Artigo 16 do Estatuto Social. **3. Mesa:** Presidência pela Sra. Marilena Rodrigues Vasone e secretariada pelo Sr. Alceu Rodrigues Vasone. **4. Ordem do Dia:** Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para aprovar a realização do pagamento do Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") do exercício de 2022, no montante de R\$ 1.481.000,00 (um milhão e quatrocentos e oitenta e um mil reais), conforme já deliberado na AGO realizada em 28 de abril de 2023, sendo que o pagamento ocorrerá no dia 22 de maio de 2023, conforme proporção acionária na Companhia. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. Sra. Marilena Rodrigues Vasone – Presidente; Alceu Rodrigues Vasone – Secretário. Conselheiros Presentes: Sra. Marilena Rodrigues Vasone, Alceu Rodrigues Vasone e Rodrigo Casado Oliveira da Silva. São Paulo, 19 de maio de 2023. **Confere com a original lavrada em livro próprio da Companhia. Mesa:** Marilena Rodrigues Vasone – Presidente; Alceu Rodrigues Vasone – Secretário. Conselheiros: Marilena Rodrigues Vasone – Presidente; Alceu Rodrigues Vasone – Vice-Presidente; Rodrigo Casado Oliveira da Silva – Membro. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 215.808/23-0 em 29/05/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Centro Especializado em Cardiologia Intervencionista de Campinas Ltda.

CNPJ/MF nº 21.997.316/0001-70

Edital de Convocação de Reunião de Sócios

Ficam convocados os sócios da sociedade, com sede na Rua Dr. Edilberto Luis Pereira da Silva, nº 150, Sala 05, Barão Geraldo, Campinas-SP, no dia **15/06/2023, às 10h**, para a primeira convocação, com a presença de representantes de no mínimo 3/4 do capital social e, caso necessário, em segunda convocação, no dia **15/06/2023, às 10h30**, com qualquer número de sócios, a fim de deliberar sobre a conversão da Sociedade em Associação. São Paulo, 02/06/2023. **Breno Oliveira Almeida e Roberto Frediani Duarte Mesquita** – Sócios Administradores. (06, 07 e 08/06/2023)

Wish S.A.

CNPJ nº 07.687.928/0001-35 – NIRE 35.300.589.912

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

realizada em 19 de maio de 2023, às 10 horas – Certidão
Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a ata em epígrafe foi registrada sob o nº 226.725/23-6 em 02/06/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.



Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa

Negócios

Mastercard prepara expansão para além do cartão de crédito



A Mastercard movimentou US\$ 8 trilhões em seus cartões em 2022 em um cenário de taxas de juros crescentes para combater a inflação nas alturas. É como se cada uma das cerca de 8 bilhões de pessoas no mundo tivesse gastado US\$ 1 mil (cerca de R\$ 5 mil) com os “plásticos” estampados pelos círculos vermelho e amarelo da marca. Mas, apesar de o cartão originar o seu nome – e seu principal sustento –, o conglomerado americano se prepara para ir além dele.

Os planos vão do rápido pagamento do tíquete do metrô em Nova York à tecnologia que sugere o que a pessoa quer comer quando vai ao

McDonald's. Ou visa aproveitar o potencial dos consumidores incluídos financeiramente no Brasil por meio do Pix e aqueles que virão da sua versão americana, o FedNow – ainda que ambos aqueçam a disputa no segmento.

“A Mastercard não precisa estar apenas onde os consumidores estão hoje. Precisamos estar onde eles estarão presentes no futuro, além dos cartões. É exatamente nisso que estamos focados”, resumiu a presidente da Mastercard para a América do Norte, Linda Kirkpatrick, a jornalista, no “Innovation Day”, em seu hub de tecnologia, em Nova York, recentemente.

Para isso, o conglomerado tem se debruçado em uma

estratégia orgânica e de aquisições. Nos últimos anos, investiu mais de US\$ 5 bilhões na compra de empresas e participações minoritárias em negócios diferentes.

Há dois anos, no mesmo prédio, a Mastercard anunciava a sua nova estratégia para ir além dos cartões. É lá onde a discussão sobre o futuro dos pagamentos acontece. Iguais ao da Big Apple, há outros seis hubs de tecnologia da companhia no mundo, sendo mais dois nos EUA e os demais no Canadá, na Irlanda, na Índia e na Austrália. Só na unidade de Nova York, trabalham mil pessoas. Os hubs concentram cerca de 40% da força de trabalho global de empresa.

IstoÉDinheiro

Marco dos Games é ‘capenga’ e pode abrir brecha para apostas esportivas, diz associação



A votação de um projeto de lei que cria o marco legal para a indústria de games está causando espécie no setor. Contrários à formulação atual da proposta, desenvolvedores de jogos afirmam que ela cria um cenário de insegurança jurídica, beneficia um grupo minoritário de empresas e pode abrir caminho para uma regulamentação acelerada de apostas esportivas, hoje na mira do governo federal.

O PL, de autoria do deputado federal Kim Kataguirí (União-SP), já foi aprovado pela Câmara e deve ter seu relatório votado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado na terça-feira (6).

À reportagem, dirigentes

Amazon avalia telefonia móvel – e é o suficiente para derrubar concorrentes

A Amazon está em conversas com provedores de telecomunicações para oferecer serviço de telefonia móvel de baixo custo ou até mesmo gratuita para seus assinantes Prime nos Estados Unidos, revelou a agência de notícias Bloomberg.

Ainda que planeje parceria com alguma das grandes operadoras, o fato de a big tech cogitar entrar nesse segmento foi o suficiente para assustar investidores – afinal, só uma delas vai ganhar o contrato, enquanto as demais vão ganhar uma relevante

concorrente, e todas elas terão impacto em suas estratégias de vendas.

A companhia de Jeff Bezos abriu conversas com Verizon, AT&T, T-Mobile e Dish Network e quer planos abaixo de US\$ 10. Para a Amazon, é uma forma de voltar a acelerar as assinaturas Prime, que perderam ritmo nos últimos meses.

Há pouco, as ações da T-Mobile caíram 6,4%, AT&T tinha queda de 4,3%, Verizon caiu 3,11%, enquanto a Disney disparou 17%. Parece que os investidores já apontaram uma favorita.

Pipeline Valor



da ABragames (Associação Brasileira das Desenvolvedoras de Jogos Eletrônicos) afirmam que a expectativa de que o projeto pudesse alavancar a indústria no país foi frustrada desde que alguns adendos passaram a ser feitos ao seu texto original.

Os pontos que mais geram insatisfação versam sobre a definição de jogos eletrônicos e de jogos de fantasia que, na concepção de representantes da entidade, são confusos e abrangentes demais.

De acordo com o relatório que será apresentado na comissão do Senado, jogos eletrônicos seriam “a parte de programas de computador com fins lúdicos para uso em celulares, páginas da internet, computadores e em equipa-

mentos dedicados, os chamados consoles, e seus acessórios”. A definição é apontada por desenvolvedores como simplista. “A gente quer muito ser reconhecido como uma indústria que é mais do que uma coisa só. Esse projeto mata essa definição que estamos tentando há muito tempo conseguir”, afirma a vice-presidente da ABragames, Carolina Caravana.

“A indústria de games é transversal, multidisciplinar. Não é só software. No processo de criação de um jogo, não se precisa só de artista, programador e roteirista, mas também de um engenheiro de software, cientista de dados e até de profissionais da educação, se for um jogo educacional”, explica ela.

Folhapress